

Cetus Participações S.A.

Demonstrações financeiras de 16 de maio (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2022 (em fase pré operacional)

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração de resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da

Cetus Participações S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cetus Participações S.A., (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 16 de maio (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2022, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cetus Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 16 de maio (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia atua em fase pré-operacional e não está gerando receitas decorrentes de suas atividades. Desta forma, a manutenção de suas atividades e de suas respectivas despesas administrativas depende dos recursos advindos dos aportes de capital efetuados pelo acionista controlador. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de julho de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP



Thaís de Lima Rodrigues Leandrini
Contadora CRC-1SP280836/O-5

Cetus Participações S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	2022	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2022
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	5	<u>1</u>	Contas a pagar	7	45.230
Total do ativo circulante		<u>1</u>	Obrigações fiscais	8	1.198
			Total do passivo circulante		<u>46.428</u>
NÃO CIRCULANTES			NÃO CIRCULANTES		
Impostos diferidos ativos	13	5.779	Impostos diferidos passivos	13	5.179
Propriedades para investimentos	6	<u>269.480</u>	Total do passivo não circulante		<u>5.179</u>
Total do ativo não circulante		<u>275.259</u>			
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Capital social	11	224.827
			Prejuízo acumulado		<u>(1.174)</u>
			Total do patrimônio líquido		<u>223.653</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>275.260</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>275.260</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cetus Participações S.A.

Demonstração do resultado

Período de 16 de maio (data do início das atividades) a 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais - R\$, exceto pelo prejuízo por ação)

	Nota explicativa	2022
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas gerais e administrativas	12	(45)
Provisão para redução de valor recuperável	6	(1.729)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(1.774)</u>
PREJUÍZO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(1.774)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
Diferido		<u>600</u>
PREJUÍZO DO PERÍODO		<u>(1.174)</u>
Prejuízo por ação - R\$	11	(0,0083)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cetus Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Período de 16 de maio (data do início das atividades) a 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

	2022
PREJUÍZO DO PERÍODO	(1.174)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	<u>-</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u><u>(1.174)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cetus Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período de 16 de maio (data do início das atividades) a 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social		Prejuízos acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar		
CONSTITUIÇÃO DE CAPITAL SOCIAL EM 16 DE MAIO DE 2022 (data do início das atividades)		<u>1</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Prejuízo do período		-	-	(1.174)	(1.174)
Aumento de capital social	11	110.000	(110.000)	-	-
Aumento do capital - parcela cindida Guarulhos II	11	151.301	7.497	-	158.798
Integralização de capital	11	<u>-</u>	<u>66.029</u>	<u>-</u>	<u>66.029</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		<u>261.302</u>	<u>(36.475)</u>	<u>(1.174)</u>	<u>223.653</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cetus Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Período de 16 de maio (data do início das atividades) a 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais - R\$)

	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.774)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes do impostos de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:	
Provisão para impairment	1.729
Aumento (redução) nos ativos e passivos operacionais:	
Obrigações fiscais	1.198
Contas a pagar	42.293
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>43.446</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Adições as propriedades para investimentos	(109.474)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	<u>(109.474)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Integralização de capital social	66.029
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>66.029</u>
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u><u>1</u></u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	
No início do período	-
No fim do período	<u>1</u>
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u><u>1</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1 Contexto operacional

A Cetus Participações S.A. (“Companhia”) é uma companhia por ações controlada pelo Grupo GLP Brasil - Global Logistics Properties (“Grupo”), constituída em 16 de maio de 2022. A sede da Companhia está localizada na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.900 – 5º andar.

Em 15 de julho de 2022, conforme 1ª Alteração de Contrato Social, a sociedade foi transformada em sociedade anônima de capital fechado, passando a denominar – se “Cetus Participações S.A.”, e não mais “Cetus Participações LTDA”.

A Companhia tem por objeto social: (1) o investimento e participação em outras Companhias, empreendimentos e outras formas de associação, como sócia, acionista ou cotista; (2) promover e incorporar empreendimentos imobiliários próprios de qualquer natureza; (3) alienar, adquirir, locar e administrar imóveis próprios de qualquer natureza; e (4) desenvolver e implementar estratégias de marketing relativas a empreendimentos imobiliários próprios.

A Companhia possui um terreno com capacidade de aproximadamente 113.341 m² de área locável situado em Guarulhos – São Paulo, que corresponderá ao total de 1 galpão. Com previsão de conclusão das obras em agosto de 2023.

A Companhia resolveu em comum acordo com a companhia REC Guarulhos II S.A., na constituição do consórcio GLP Guarulhos II, em 31 de agosto de 2022, cabendo a consorciada a contribuir com 44% dos recursos necessários à execução do empreendimento. A constituição do consórcio, foi em função da cisão do galpão H, para dar continuidade ao desenvolvimento em conjunto do galpão A, de forma a facilitar no trâmite de construção.

A GLP Brasil Ltda. é responsável pela gestão das operações e assume determinados custos corporativos decorrentes da estrutura utilizada.

Situação econômica e financeira

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta capital circulante negativo de R\$46.427 decorrente do volume de gastos necessários para a construção de suas propriedades para investimento e da estratégia de caixa zero, e sua fase pré-operacional impossibilita, nesse momento, a geração de caixa advindos de suas operações. Conforme mencionado na nota de explicativa 16, durante o ano de 2023 já foram realizados aportes pelo fundo no valor de R\$ 62.112.

Operação societária

Em 31 de agosto de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação do acervo cindido da REC Guarulhos II S.A. no montante de R\$161.735, resultando em aumento do capital social no montante de R\$158.798.

A incorporação acarretará a simplificação da estrutura acionária e redução de atividades administrativas e custos operacionais da Companhia.

Os ativos e passivos incorporados estão relacionados a seguir:

Descrição	R\$
Ativos	
Propriedade para Investimento	161.735
Passivos	
Outros Passivos	2.937
Capital Social	<u>158.798</u>
Acervo cindido	<u><u>161.735</u></u>

A Companhia não efetuou a avaliação dos valores justos dos ativos e passivos devido ao fato de que a operação se refere a transação entre empresas relacionadas, cujo acionista é o mesmo do Grupo controlador da Companhia, caracterizando como uma transação de capital.

2 Base de apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, como aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetuou uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades e não identificou dúvidas da capacidade operacional.

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 10 de julho de 2023.

3.2 Uso de estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em uma alteração no próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos:

a. Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas:

As estimativas prováveis e possíveis são avaliadas de acordo com o andamento dos processos, que estão sujeitos à interpretação de cada jurisprudência, o que pode ter uma variação da avaliação inicial dos advogados e posteriormente avaliada pela Administração, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9. A contingência possível é divulgada apenas como informação na nota explicativa diferentemente da provisão provável onde é realizada a sua contabilização.

(a) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

A Administração estabelece procedimentos para contabilização de ajuste para perdas por desvalorização de suas propriedades para investimentos conforme detalhado na Nota Explicativa nº 3.7.

(b) Divulgação do valor justo das propriedades para investimento:

Utilizamos o método do fluxo de caixa descontado para definir o valor justo das nossas propriedades, o qual as premissas estão detalhadas na Nota Explicativa nº 6.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades.

3.4 Provisão para imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados pelo regime do Lucro Real observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. O imposto de renda é calculado pela alíquota regular de 15% (acrescida de adicional de 10% sobre lucros anuais excedentes a R\$240 mil), e a contribuição social pela alíquota de 9%.

3.5 Propriedades para investimentos

São propriedades mantidas para obter renda com aluguéis. As propriedades para investimento são mensuradas ao custo, incluindo custos da transação, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base na vida útil do ativo. O valor justo das propriedades para investimento é divulgado, conforme Nota Explicativa nº 6.

Uma propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o imóvel é baixado.

3.6 Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passado, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

São provisionadas quando a probabilidade de perda for avaliada como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando as perdas forem avaliadas como prováveis, mas os montantes envolvidos não forem mensuráveis com suficiente segurança, ou quando as probabilidades de perdas são consideradas possíveis, são divulgadas em nota explicativa. Os demais riscos referentes a demandas judiciais e administrativas, cuja probabilidade de perda é considerada remota, não são provisionados nem divulgados.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que seja recuperado de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.7 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e caso o valor contábil líquido exceda o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesa de venda.

3.8 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao — ou deduzidos do — valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado (caixa e equivalentes de caixa).

Os ativos financeiros por meio do resultado são demonstrados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua mensuração são reconhecidos no resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros registrados ao custo amortizado .

Passivos financeiros registrados ao custo amortizado

Os passivos financeiros (incluindo empréstimos e outras contas a pagar) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.9 Contas a pagar – Consórcio e SCP

O contas a pagar da Companhia se resumem à participação na aquisição de terreno para futuro desenvolvimento de galpão a ser desenvolvido pela Sócia Ostensiva da Sociedade em Conta de Participação e participação da Companhia no consórcio de obras para construção do galpão. O contas a pagar é avaliado pelo custo amortizado.

3.10 (Prejuízo) básico e diluído por ação

Calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, usando a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício.

Não há diferença entre (prejuízo) básico e diluído por ação, pois não há instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

4 Pronunciamentos contábeis

- Novos requerimentos atualmente em vigor

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de janeiro de 2022	Contratos Onerosos – Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25) Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27) Referências à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15)

A Companhia avaliou e não identificou nos assuntos acima aplicabilidade para seus negócios até 31 de dezembro de 2022.

- Futuros requerimentos

A tabela abaixo apresenta as alterações recentes nas normas que deverão ser aplicadas a partir de sua data efetiva. A adoção antecipada não é permitida para entidades que reportam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2022, o que se aplica a esta Companhia.

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de janeiro de 2023	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26 e CPC 23) Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26) Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32)

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2022
Caixa e bancos	1
Total	<u>1</u>

6 Propriedades para investimentos

	31/12/2022
Terrenos (i)	105.710
Obras em andamento	165.499
Provisão para impairment(ii)	<u>(1.729)</u>
Total	<u><u>269.480</u></u>

- (i) O terreno foi adquirido por meio da incorporação da parcela cindida da entidade Guarulhos II – mesmo Grupo econômico. A referida cisão foi aprovada em 31/08/2022.
- (ii) Provisão refere-se à redução do valor justo da propriedade em função do aumento da taxa de desconto e capitalização no ano de 2022.

Movimentação das propriedades para investimentos

Descrição	Cisão	Adição	Impairment	Saldo em 31.12.2022
Terrenos	105.710	-	-	105.710
Obras em andamento	56.025	109.474	-	165.499
Provisão para impairment	-	-	(1.729)	(1.729)
Total	161.735	109.474	(1.729)	269.480

Todas as propriedades para investimento da Companhia são mantidas sob direito de propriedade plena.

A Companhia anualmente estima o valor justo das propriedades para investimento, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2022
Valor justo	
Propriedades para investimentos	269.480

Em 31 de dezembro de 2022, o valor justo das propriedades para investimento foi estimado com base em avaliações realizadas trimestralmente pelos especialistas internos e comparado semestralmente com as avaliações efetuadas pela empresa Cushman & Wakefield. O valor justo dos imóveis não foi determinado em transações observáveis no mercado devido à natureza dos imóveis e a ausência de dados comparáveis, tendo sido aplicado um método de avaliação

segundo a recomendação do International Valuation Standards Committee (Comitê de Normas Internacionais de Avaliação), o fluxo de caixa descontado.

De acordo com o método do fluxo de caixa descontado, o valor justo é estimado utilizando as premissas referentes aos benefícios e passivos da titularidade em relação à vida dos ativos, incluindo valor de saída ou final. Esse método envolve a projeção de fluxo de caixa individualizado para cada galpão. Para o fluxo de caixa descontado é aplicada uma taxa de desconto derivada do mercado para constituir o valor presente do fluxo de receita associado com ativo. A taxa de desconto é extraída do relatório de FMV preparado pela Cushman & Wakefield com base na metodologia de valuation própria e pautada no RICS, pesquisas de mercado, bases de dados internas e informações enviadas pela companhia a respeito do ativo como contratos e especificações técnicas. A taxa final é normalmente apurada separadamente e difere da taxa de desconto. Adicionalmente, as taxas de capitalização também foram obtidas nas avaliações internas, os quais consideraram a perpetuidade do imóvel.

A duração do fluxo de caixa e a época específica de fluxo de entrada e saída são determinadas por eventos, tais como revisões de aluguel, renovação de arrendamento e correspondente relocação, readequação ou reforma. A adequada duração é geralmente determinada pelo comportamento de mercado, característico da classe de imóveis.

Aumentos (reduções) significativos no valor de aluguel estimado e crescimento de aluguel por ano isoladamente resultariam em valor justo significativamente mais alto (mais baixo) das propriedades. Aumentos (reduções) significativos em taxa de vacância de longo prazo e taxa de desconto (e taxa final) isoladamente resultariam em valor justo mais baixo (mais alto).

A Companhia não tem restrições sobre a capacidade de realização de suas propriedades para investimento. Sem obrigações contratuais, pode comprar, construir ou desenvolver propriedades para investimento ou para reparações, manutenções ou melhorias.

As taxas de desconto utilizadas no cálculo do fluxo de caixa (DFC) para os imóveis construídos foram elaboradas partindo de uma taxa de juros em uma aplicação livre de risco, mais prêmios de risco de mercado (localidade, valor de aluguel, rating do locatário do imóvel) e estão demonstradas abaixo:

31/12/2022

Taxa de desconto	10,25%
Taxa de capitalização	7,50%

A mensuração do valor justo de todas as propriedades para investimento foram classificadas como Nível 3 com base nos inputs utilizados.

7 Contas a pagar

	31/12/2022
Contas a pagar – Consórcio (a)	42.206
Contas a pagar – aquisição terreno (b)	2.685
Retenções técnicas(c)	242
Fornecedores	89
Provisões diversas (d)	<u>8</u>
Total	<u>45.230</u>

(a) Refere-se a participação da Cetus no consórcio, será finalizado quando do término da obra em comum com a Rec Guarulhos II

(b) Refere-se a contas a pagar de terreno via constituição de Sociedade em Contas de Participação - SCP, será finalizada na ativação do galpão, será transferido sua parcela de 1% para a SCP

(c) Retenção técnica - trata-se de 5% de retenção dos serviços prestados, que serão liberados após 90 dias do término do contrato

(d) Refere-se a provisão de serviços de auditoria prestados no período e que serão pagos no exercício subsequente

8 Obrigações Fiscais

	31/12/2022
Imposto retido a recolher (Consórcio)	950
ISS a recolher	241
Outros impostos a recolher	<u>7</u>
Total	<u>1.198</u>

9 Provisão para contingências

A Companhia não tem conhecimento de ser parte em algum processo de natureza tributária, cível, ambiental, tampouco em outros processos administrativos, que tenham sido classificadas como provável, conforme seus assessores jurídicos.

10 Partes relacionadas

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro). No período de 16 de maio (data início das atividades) a 31 de dezembro de 2022 não houve remuneração à Administração, como salários, encargos e outros.

11 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social subscrito está representado por 261.302.520 ações nominativas, todas ordinárias e sem valor nominal, no montante de R\$ 261.302, que deverão ser totalmente integralizados até 31 de dezembro de 2059. Desse montante, R\$224.827, correspondentes a 224.827.293 ações estavam totalmente integralizados até 31 de dezembro de 2022.

Em 16 de maio de 2022 por meio do instrumento particular de constituição de sociedade empresária foi constituído 1.000 quotas pelo valor nominal de R\$1 a ser integralizado até 31 de dezembro de 2059. Foram integralizadas R\$1 quotas durante o ano de 2022.

Em 8 de março de 2022 por meio do instrumento particular de 1º alteração do contrato social foi aprovado a transformação de 1.000 quotas para 1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em ato contínuo aprovou a emissão de 10.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal no montante de R\$10.000 a ser integralizadas até 31 de dezembro de 2059. Foram integralizadas R\$ 10.000 de ações durante o ano de 2022.

Em 31 de agosto de 2022, em ata de Assembleia Geral Extraordinária, aprovam em todos os seus termos, o protocolo e justificação de cisão parcial da companhia REC Guarulhos II S.A, com a incorporação da parcela cindida pela incorporadora Cetus Participações S.A e o Laudo de avaliação elaborado pela empresa especializada, com base na no balanço patrimonial, levantado em 01 de agosto de 2022, o qual atribuiu à parcela cindida no valor de R\$ 158.798. Aprovaram a integralização de capital no montante R\$ 7.496 e o aumento do capital social em decorrência da cisão parcial, no valor de R\$ 151.301, passando o capital da companhia de R\$ 10.000 para R\$ 161.302.

Em ato seguinte, foi aprovação do aumento de capital de R\$ 100.000, passando dos atuais R\$ 161.302 para R\$ 261.302. Foram integralizadas R\$ 56.028 de ações durante o ano de 2022.

Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro de cada exercício e não deve exceder 20% do capital social ou 30% do capital social considerando as reservas de capital. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reserva de lucros

Estabelecida no Estatuto Social pelo saldo do lucro de cada exercício não destinado à constituição de reserva legal ou pagamento de dividendo mínimo obrigatório. Somente poderá ser utilizada mediante deliberação em Assembleis para pagamento de dividendos adicionais ou compensação de prejuízos.

Dividendos

O Estatuto Social da Companhia confere aos titulares das ações dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme os termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 2022, o resultado não foi distribuído em função do prejuízo acumulado.

Resultado básico e diluído por ação

	31/12/2022
Resultado do período	(1.174)
Quantidade média ponderada de ação (em milhares)	141.087
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	0,0083

Não há diferença entre prejuízo básico e diluído por ação, pois não há instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

12 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2022
Despesas com advogados, auditores e consultores	(25)
Outras despesas administrativas	<u>(20)</u>
Total	<u><u>(45)</u></u>

13 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía R\$15.269 de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição acumulados, para compensação com resultados tributáveis futuros.

Imposto de renda e contribuição social diferido

	31/12/2022
Ativo	
Impairment	1.729
Prejuízo/Base Negativa	15.269
Total	16.998
(x) alíquota nominal de	<u>34%</u>
Expectativa de IRPJ e CSLL	5.779
	31/12/2022
Passivo	
Gastos Capitalizáveis	15.233
Total	15.233
(x) alíquota nominal de	<u>34%</u>
Expectativa de IRPJ e CSLL	(5.179)
Diferido líquido	600

Movimentação IRPJ e CSLL diferido

	31/12/2022
Saldo inicial	-
Gastos Capitalizáveis	5.179
Impairment	(588)
Prejuízo/Base Negativa CSLL	<u>(5.191)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>(600)</u>

14 Instrumentos financeiros

Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do

monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Companhia trabalha com a política de caixa zero, ou seja, todos os seus recursos de caixa são gerenciados no FIP (acionistas) e em caso de necessidades de recursos o acionista realiza os aportes necessários.

Gestão de risco de capital

A GLP como co gestora, por meio do Fundo, administra o capital da Companhia para assegurar que a Companhia possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

Categorias de instrumentos financeiros

	2022 Classificação
Passivos financeiros:	
Contas a pagar	<u>45.230</u> Custo amortizado
Total	<u><u>45.230</u></u>

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e não designam derivativos (“swaps” de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de “hedge” de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possuía nenhum ativo ou passivo financeiro significativo exposto a taxa de juros variável como (aplicações financeiras, contas a receber e dívidas).

15 Seguros

Para o período de 16 de maio (data início das atividades) a 31 de dezembro de 2022, a Administração optou por não constituir contratos de seguros.

16 Eventos subsequentes

Em 15 de março de 2023 em ata de assembleia geral extraordinária foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$100.000 correspondente a 100.000.000 ações a ser integralizadas até 31 de dezembro de 2029. Passando dos atuais R\$261.302 para R\$ 361.302. Até 19 de maio de 2023 já foram realizados aportes pelo fundo no valor de R\$ 62.112 todos para suprir a necessidade de caixa da Companhia.